

FBES: Por um novo modelo de organização da Economia Solidária

Processo de reestruturação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária

outubro de 2006 a maio de 2007

Documento 1B: material de apoio ao roteiro de questões para as Entidades e Redes Nacionais

Introdução

Convocamos a sua Entidade ou Rede Nacional a participar do esforço de reestruturação do FBES em direção a um novo modelo de organização da economia solidária.

A Coordenação Executiva e a Comissão de Reestruturação do FBES, de acordo com a deliberação da Coordenação Nacional de 12 a 14 de junho de 2006, encaminham aos Fóruns Estaduais e às Entidades e Redes Nacionais do FBES roteiro de questões e material de apoio (Documentos 1 e 2) para orientar o debate sobre o novo modelo de organização do FBES.

A urgência e oportunidade desta discussão se colocam diante da necessidade de afirmar o FBES como a referência nacional do movimento de economia solidária. A conjuntura nacional, associada à constituição do Conselho Nacional de Economia Solidária, e o próprio crescimento da economia solidária, exigem mudanças organizativas que assegurem a autonomia e a capacidade de mobilização e proposição em torno de políticas públicas e de articulação com movimentos sociais.

Está previsto que cada Entidade ou Rede Nacional deva, no período de 10 de outubro a 25 de novembro de 2006, fazer a discussão das questões aqui apresentadas. Para subsidiar o debate, é fundamental a utilização dos documentos referenciais da Economia Solidária disponíveis na página do FBES (www.fb.es.org.br): a Carta de Princípios, a Plataforma da ES, o Documento Final do Encontro Nacional de Empreendimentos Solidários e o Documento Final da Conferência Nacional de Economia Solidária.

O resultado dos debates realizados por cada uma das 16 Entidades e Redes Nacionais do FBES, deve ser partilhado em um encontro das mesmas antes da VII Reunião da Coordenação Nacional, prevista para dezembro de 2006 ou janeiro de 2007.

O debate está dividido em três eixos temáticos: 1. Identidade Política do FBES; 2. Relação com outros atores; 3. Gestão e organização. Apresentamos abaixo algumas reflexões para provocar e subsidiar o debate a partir do roteiro de questões em anexo:

1. Identidade política

Com o crescimento da economia solidária, envolvendo a diversidade de setores, torna-se cada vez mais necessário avaliar o quanto as forças que compõem o movimento têm como referência a carta de princípios do FBES. Isso se impõe como forma de combater os riscos de redução da economia solidária a uma perspectiva de complemento ao capitalismo ou, mesmo, a um sentido meramente assistencial.

Este debate também se faz necessário como forma de fortalecer o sentido de pertencimento dos diferentes segmentos ao movimento da economia solidária. Isso exige clareza de princípios e objetivos na atuação do conjunto dos/as atores/atrizes implicados/as na construção da economia solidária.

O sentido de pertencimento é algo que também deve ser fortalecido, em termos da própria dinâmica organizativa do FBES, na relação dos fóruns estaduais, das redes de produção e comercialização e das organizações nacionais como estruturas constitutivas do FBES.

Importa aqui considerar as prioridades aprovadas na I Conferência Nacional de Economia, que confirmam a plataforma do FBES, como forma também de aprofundar o debate quanto à identidade de ação do FBES. Destacam-se como prioridades:

- Formação, assistência técnica, pesquisa e tecnologia;
- Marco jurídico para a economia solidária, atualização da legislação cooperativista, desobrigação de registro de cooperativas na OCB etc.;
- Sistema Nacional de Finanças Solidárias: fundo nacional de economia solidária, programa nacional de desenvolvimento da economia solidária e acesso aos fundos públicos;
- Comercialização: Sistema Nacional do Comércio Ético, Justo e Solidário, ampliação das compras governamentais, com a reformulação da lei de licitação (8.666/93);
- Fortalecimento da política pública de economia solidária: sistema nacional de economia solidária, ampliação do espaço de economia solidária no governo federal.
- Desenvolvimento de ações para os segmentos tradicionalmente excluídos (indígenas, quilombolas, pescadores, extrativistas, mulheres, negros etc.), demarcação de terras indígenas e quilombolas.

2. Relação com outros atores

A economia solidária está hoje presente nas ações e proposições de diferentes movimentos (segurança alimentar, catadores, trabalhadores sindicalizados, quilombolas, agricultura familiar, sem terra, pescadores etc.), bem como na construção de políticas públicas em diferentes setores. Na relação com atores da sociedade civil é preciso ter claro de que forma e o quanto estamos nos apresentando e aproximando de outros movimentos sociais. Quais têm sido os limites no diálogo com outros movimentos, seja no sentido de envolvê-los em nossas lutas ou de desenvolver ações conjuntas, convergentes? Um dos desafios que se destaca é o de avançar na relação dos empreendimentos solidários urbanos e rurais, onde a aliança com a agricultura familiar se

apresenta como algo inadiável – vale lembrar que o mapeamento demonstrou a vitalidade da economia solidária no meio rural.

As propostas, valores e bandeiras da Economia Solidária têm se restringido ao próprio movimento, não atingindo setores mais amplos da sociedade. Cabe ao FBES avançar na aproximação com setores da sociedade civil não organizada, com destaque para a questão da economia popular e da juventude.

Sem dúvida, a Secretaria Nacional de Economia Solidária representa uma conquista e um avanço significativos da economia solidária, que se expressam em diferentes políticas de promoção, bem como no envolvimento de outras esferas do governo federal. Isso propiciou um crescimento da economia solidária nas diversas regiões do país e o avanço da institucionalização e seu reconhecimento através da criação do Conselho Nacional. Isto requer hoje que o FBES avalie sua relação com o governo federal como ator social autônomo com uma agenda própria e projeto de sociedade que representem o conjunto das forças da Economia Solidária no país.

Importa, neste sentido, que os FEESs e as organizações nacionais se posicionem em relação a uma agenda de políticas que hoje vem sendo desenvolvidas na relação com a Senaes/MTE e, a partir daí, com os Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social. Mais do que posicionamento, faz-se necessário avaliar as possibilidades de uma ação mais convergente, de maior unidades, por parte dos diferentes setores da economia solidária.

Vale lembrar aqui algumas destas políticas que estão sendo construídas em âmbito nacional: Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário, Plano Nacional de Formação, Fundos Solidários, Programa de Desenvolvimento Local e Solidário e o Programa de Desenvolvimento Territorial.

3. Gestão e organização

Os debates levantados nos itens 1 e 2 apontam o desafio de fortalecimento da capacidade organizativa e propositiva do FBES, de forma a representar a diversidade que compõe o campo da economia solidária e assegurar maior autonomia política. Portanto, repensar a estrutura e forma de funcionamento do FBES é o principal debate no processo de reestruturação. A título de subsídio, convém lembrar aqui o modo de funcionamento e as instâncias do FBES atuais:

A estrutura do FBES consiste hoje na articulação entre três segmentos do movimento de ES: empreendimentos solidários, entidades de assessoria e fomento, e gestores públicos. A sua principal instância de decisão é a Coordenação Nacional, que consiste nos representantes das 16 entidades e redes nacionais de fomento, além de 3 representantes por estado que tenha um Fórum ou Rede Estadual de Economia Solidária. Destes 3 representantes por estado, 2 são empreendimentos (de preferência rural e urbano) e 1 é assessor ou gestor público. A Coordenação Nacional reúne-se 2 vezes ao ano. Para a gestão política cotidiana, interlocução com outros movimentos e com o governo federal, e acompanhamento da Secretaria Executiva Nacional, há uma Coordenação Executiva Nacional, composta por 13 pessoas, sendo 7 representantes de empreendimentos (2 do norte, 2 do nordeste, e 1 representante para cada uma das demais regiões), 5 representantes das Entidades e Redes Nacionais de fomento, e 1 representante da Rede Nacional de Gestores Públicos. Por fim, para dar suporte aos trabalhos do FBES, propiciar a comunicação entre as instâncias e operacionalizar reuniões e eventos, há a Secretaria Executiva Nacional. Existem ainda os Grupos de Trabalho (GT's), instâncias mistas (SENAES e FBES) que se conformam de acordo com a demanda de ações específicas do FBES e

da SENAES. Os GT's atualmente são: Mapeamento, Finanças Solidárias, Marco Legal, Comunicação, Políticas Públicas, Relações Internacionais e Produção, Comercialização e Consumo.

Esta estrutura de funcionamento teve objetivo de buscar articular a diversidade de uma economia solidária nascente, com propósito de mobilização e institucionalização da economia solidária. Neste período, vimos um intenso crescimento organizativo da economia solidária. Em 2002, havia apenas 5 estados com articulações regulares. Em 2003, são dezessete estados que fizeram plenárias estaduais para a constituição do FBES, já em 2006, existe FEES em todos os 27 estados do país. Se em 2002, havia 6 organizações nacionais participantes do FBES em 2006 já são 16 organizações. Vale destacar também a criação de redes de produção, comercialização e consumo a partir da criação do FBES. Graças a este crescimento tem sido também possível a criação de articulações e intercâmbios internacionais, especialmente com a América Latina. O FBES é hoje referência na região no âmbito da Rede Intercontinental para a Promoção da Economia Social e Solidária (RIPESS).

Sem dúvida, este crescimento rápido impõe reavaliar o necessário equilíbrio entre as dimensões de mobilização e institucionalização e estruturas verticais e horizontais. Nesse sentido, as formas de representações dos FEESs devem ser reexaminadas em sua legitimidade política. A própria fragilidade de alguns FEESs, criados sob o impulso de governos, precisa ser encarada, sob o risco de perda de identidade do FBES. Além disso, as organizações nacionais precisam rever seu compromisso na construção coletiva do FBES.

É preciso hoje investir na mobilização em torno da plataforma de ação do FBES, não apenas no sentido de avançar em termos de políticas públicas, mas também na consolidação e ampliação do campo da economia solidária. Importa avaliar, neste contexto, o papel dos GTs em combinar mobilização social e incidência sobre as políticas públicas.

Constata-se hoje um descompasso, mais ou menos intenso, a depender do caso, entre as agendas dos Fóruns Estaduais e a organização nacional do FBES. Isto implica na necessidade de repensar as instâncias e o funcionamento do FBES a partir da realidade e demandas dos Fóruns Estaduais. Também é importante avaliar as diferentes formas de representação presentes na estrutura do FBES no que diz respeito ao papel e articulação de cada um dos três segmentos, além das representações dos Fóruns Estaduais e das organizações nacionais.